

## **Declaração**

1. José António Jesus Silva de Magalhães, titular do Cartão de Cidadão n.º 03850129, residente na freguesia de Vila Nova de Gaia (Santa Marinha) no Concelho de Vila Nova de Gaia na qualidade de representante legal de QUIMITÉCNICA.COM – COMÉRCIO E INDÚSTRIA QUÍMICA, S.A., com sede no Parque Industrial de Mide, Lote 21B, 4815-169 Lordelo GMR, pessoa colectiva e matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Barreiro sob o número 508 728 940, com o capital social de 2.040.000,00 Euros (dois milhões e quarenta mil euros), adjudicatário Procedimento n.º.015\_AJD\_SA\_16, para o *Aquisição de carbonato de sódio anidro em pó para o Município de Pombal*, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

c) Não foi objecto de aplicação de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

e) Não foi objecto da aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2. O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem ainda em pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito, termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Aveiras de Cima, 07 de Abril 2016

---